



Pernambuco tem maior índice de registro de HIV/Aids do Nordeste

Págs. 4 e 5

Dados do Ministério da Saúde apontam para necessidade de ampliar ações de prevenção e tratamento da doença no País

RINALDO MARQUES



Falta de medicamentos antirretrovirais, utilizados para combater infecções oportunistas, é alvo de discussão na Comissão Especial de Combate ao HIV/Aids, Tuberculose e Hepatites



JOÃO BITA

Reabertura de usinas aquece economia canavieira

Reativação das usinas Pumaty e Cruangi deve gerar 12 mil postos de trabalho e fornecer 15% do álcool hidratado produzido em Pernambuco na próxima safra.

Pág. 7

25 anos do Código de Defesa do Consumidor

CDC foi criado com a finalidade de proteger pessoas que compram produtos ou contratam serviços.

Pág. 8

ACONTECEU NA ALEPE

■ Palácio Joaquim Nabuco em cinco cores

Entre setembro e outubro, o Palácio Joaquim Nabuco foi iluminado em quatro tons diferentes, aderindo a campanhas de valorização da vida. De 22 a 25 de setembro, a fachada da sede do Poder Legislativo Estadual ficou amarela, para marcar o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio. Na sequência, o verde tomou conta do prédio até o dia 30, lembrando o Dia Nacional de Doação de Órgãos. Já em outubro, entre os dias 9 e 15, o laranja simbolizou o problema do desaparecimento de crianças. De 16 a 23, foi a vez de se colorir em homenagem ao Outubro Rosa, campanha de conscientização sobre a prevenção do câncer de mama. A próxima iluminação, prevista para o período de 13 a 20, remeterá ao Novembro Azul.

■ 9ª Primavera dos Museus

A Alepe participou, por mais um ano, da Primavera dos Museus. Na nona edição do evento, o Museu Palácio Joaquim Nabuco promoveu, no dia 22 de outubro, uma visita guiada para estudantes, além de uma palestra sobre memórias indígenas. A ação é coordenada pela Superintendência do Patrimônio Histórico da Casa.

■ Comunicadores reunidos no Alepe Digital

Jornalistas, radialistas e blogueiros de todas as regiões do Estado participaram, no dia 30 de setembro, da segunda edição do Alepe Digital. O evento é promovido pela Superintendência de Comunicação, com apoio da Mesa Diretora. Houve apresentação dos produtos disponibilizados no novo site da Alepe, além de palestras do professor da Universidade Federal de Pernambuco Rodrigo Correa e do jornalista da Rede Globo Geneton Moraes Neto.

■ Assembleia lança perfil de Eduardo Campos

Os primeiros passos de um dos mais aclamados políticos de Pernambuco agora podem ser conferidos no livro *Perfil Parlamentar Eduardo Campos – Da Assembleia de Pernambuco ao Coração dos Brasileiros*. De autoria dos jornalistas Evaldo Costa, Sérgio Miguel Buarque e Rebeca Silva, a obra foi lançada em Reunião Solene proposta pelo primeiro-secretário da Casa, deputado Diogo Moraes (PSB), com a presença de autoridades e familiares do ex-governador, morto em acidente aéreo em 2014.

LEGISLATIVO EM FOCO

Turismo no Parlamento

Você sabia que as casas legislativas mais famosas do mundo possuem visitação turística, algumas gratuitas? Se for a Londres, é possível ver de perto as Câmaras dos Comuns e dos Lordes no Palácio de Westminster, que abriga o Parlamento do Reino Unido. Também o Capitólio, sede do Congresso americano, é uma das principais atrações de Washington D.C., recebendo três milhões de visitantes por ano.

Em Brasília, o Palácio do Congresso Nacional oferece visitas guiadas gratuitas a cada meia hora, diariamente, com opção em outras línguas (inglês, francês, espanhol e libras). Projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, o prédio-símbolo da Capital Federal é tombado pelo Iphan desde 2007. Além de ver de perto o trabalho dos deputados federais e senadores, ainda é possível conferir obras de arte, objetos e mobiliário das antigas sedes no Museu Histórico Itamar Franco.

O Museu Palácio Joaquim Nabuco, que completou 140 anos no último mês de março, é a dica em Pernambuco. Projetado por José Tibúrcio Pereira Magalhães, na Rua da Aurora, foi pensado em composição com o Ginásio Pernambucano, o Teatro de Santa Isabel e o Palácio do Campo das Princesas. O público já tem livre acesso para assistir às reuniões plenárias e audiências públicas, mas, a partir da mudança do Plenário para a Rua da União, o Palácio será restaurado e dedicado principalmente a atividades culturais.



JOÃO BITA

VOCÊ NA ALEPE



Ângela Queiroga

46 anos, condutora escolar, integrante do Sindicato de Transporte Escolar de Pernambuco (Sintespe), durante audiência pública da Comissão de Negócios Municipais sobre Transporte Escolar, em 15 de outubro.

“Não se coloca em prática o que está na Constituição e no Código de Trânsito Brasileiro. O transportador trabalha tenso, pois os agentes de trânsito, em vez de fiscalizarem pessoas irregulares, abordam os regularizados. Queremos ser escutados.”



José Roberto da Silva

56 anos, militar, durante audiência pública da Comissão de Cidadania para discutir a situação dos policiais militares exonerados ex officio, em 10 de setembro.

“Fomos exonerados injustamente, sem direito de defesa, auditoria militar ou inquérito policial, nos anos 1980. Estamos brigando na Justiça, já ganhamos em todas as instâncias, mas o Governo insiste em não cumprir a determinação judicial. A Casa Joaquim Nabuco é do povo e viemos lutar pelos nossos direitos.”



Glaycianne Andrade

44 anos, educadora social e representante da Amotrans/Recife, durante audiência pública da Comissão Temporária de Combate ao HIV/Aids sobre falta de medicamentos nas farmácias do Estado, em 26 de agosto.

“As pessoas que sentem na pele o que é sofrer com a Aids e enfrentam preconceito ainda têm de lidar com a falta de medicamentos na rede de saúde. É necessária uma atitude enérgica para resolver isso.”

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecem dentro da Casa.

Além de informar, as plataformas também facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes na vida do povo pernambucano.



alepeoficial



assembleiape



fotoalepe



EXPEDIENTE: **MESA DIRETORA:** Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Augusto César; 2º Vice-Presidente, Deputado Pastor Cleiton Collins; 1º Secretário, Deputado Diogo Moraes; 2º Secretário, Deputado Vinícius Labanca; 3º Secretário, Deputado Romário Dias; 4º Secretário, Deputado Eriberto Medeiros. **Superintendente de Comunicação Social:** Margot Dourado. **Chefe do Departamento de Imprensa:** Cláudia Lucena. **Editora:** Cláudia Lucena (Colaboração de Helena Alencar). **Revisão:** Christianne Alcântara, Cláudia Lucena e Margot Dourado. **Repórteres:** André Zahar, Edson Alves Júnior, Gabriela Bezerra, Helena Alencar, Ivanna Castro e Luciano Galvão Filho. **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos:** Jarbas Araújo, João Bitá e Rinaldo Marques. **Tratamento de Imagem:** Lucas Neves. **Design:** Brenda Barros e Thiago Pedrosa. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alcécio Nicolak Júnior. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. **Fone:** 3183-2368. **PABX:** 3183.2211. **E-mail:** scom@alepe.pe.gov.br

FINANÇAS

Assembleia Legislativa aprova pacote de ajuste fiscal do Poder Executivo

Pernambuco sente crise nacional e reajusta alíquotas de impostos estaduais para equilibrar as contas públicas

Ivanna de Castro

Os pernambucanos devem se preparar para pagar alíquotas maiores de impostos a partir de 2016. Aprovado pela Assembleia Legislativa após debates e emendas, o pacote de ajuste fiscal encaminhado pelo Governo do Estado altera as taxas de IPVA, de ICMS e do Imposto sobre Herança e Doação (ICD) com o objetivo de aumentar em R\$ 478,8 milhões a arrecadação anual do Estado.

A medida pretende atenuar os impactos da crise nacional. Segundo o secretário estadual de Fazenda, Márcio Stefanni, Pernambuco arrecadou R\$ 1,2 bilhão a menos, entre janeiro e julho deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado, o que tornaria o pacote imprescindível para o equilíbrio das contas públicas. “O momento econômico do País, somado à crise instalada na Petrobras, teve efeito devastador na economia pernambucana. Várias obras foram interrompidas, afetando diretamente a geração de empregos e setores vinculados à petroquímica, como a indústria metalmeccânica”, observou.

Stefanni informou, ainda, que o montante adicional não será direcionado a novos investimentos. “Não vamos prometer à população mais obras ou serviços para 2016. Nossa intenção é garantir a manutenção das conquistas dos últimos anos”, adiantou, acrescentando que o pacote também repercutirá positivamente no equilíbrio financeiro dos municípios, que recebem percentuais fixos do ICMS e do IPVA arrecadados pelo Estado.

A decisão de não direcionar parte desse recurso extra para aquecer a economia vem sendo criticada pela Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), que também reclama de não ter sido ouvida pelo Governo no processo de elaboração do pacote. “Qualquer aumento de impostos em períodos em que o mercado está em depressão representa redução da atividade econômica”, ponderou Ricardo Essinger, vice-presidente da entidade. “Infelizmente, a opção do Governo é utilizar o valor arrecadado apenas para custeio do Estado, não para investimentos em infraestrutura. Essa seria uma opção mais equilibrada, pois aqueceria o setor produtivo e manteria empregos”, avaliou.

Segundo levantamento da Fiepe, entre janeiro e agosto deste ano, houve uma perda de 80.700 postos de trabalho em Pernambuco, sendo o setor

industrial responsável por mais da metade desse número (61%), seguido das áreas de serviços (38%) e agropecuária (1%). A produção industrial do Estado também apresentou números negativos no segundo trimestre de 2015. Puxado pela diminuição da demanda da construção civil (-13,5%), o segmento registrou queda de 5,9%. “A população está receosa e, assim, só consome o essencial. A tendência é piorar com o aumento de impostos. Por isso, precisamos urgentemente de uma agenda positiva do Governo”, defendeu Essinger.

Para o economista e professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Gustavo Sampaio, o ajuste fiscal é inevitável. “Os Estados e municípios estão sofrendo bastante com a crise nacional e precisam se reorganizar. É ruim defender isso em uma sociedade como a nossa, que já paga muitos impostos, mas essa é uma decisão racional”, acredita. No entanto, ele disse que a medida não pode ser implementada de forma isolada. “Paralelamente, o Poder Público precisa cortar gastos, uma vez que a crise que enfrentamos hoje é resultado dos excessos praticados pelo Governo Federal nos últimos anos”, analisou.

Nesse sentido, o Governo de Pernambuco lançou dois programas de contingenciamento em 2015, com a proposta de cortar R\$ 920 milhões em gastos com custeio. Segundo Stefanni, as medidas em processo incluem corte de 10% nos cargos comissionados; redução de 30% dos gastos com publicidade; diminuição dos custos com alugueis de imóveis e veículos; corte nas compras de passagens aéreas; dentre outras ações. A bancada de Oposição da Assembleia alegou, no entanto, que só foram economizados R\$ 300 milhões nos primeiros nove meses do ano. “Não temos informações concretas sobre o que vem sendo feito e temos dúvidas de como o Estado fará para atingir sua meta até o fim do ano”, observou o líder do grupo, deputado Sílvio Costa Filho (PTB).

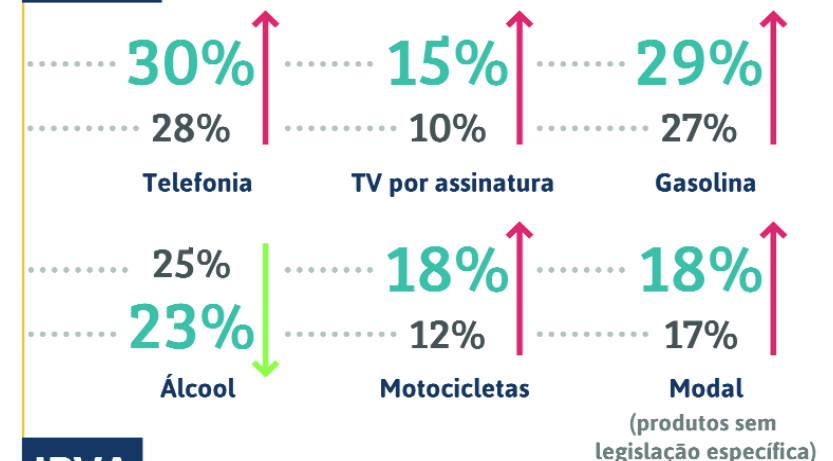
Racionalidade nos gastos públicos e transparência nas ações são justamente os atributos que o economista Gustavo Sampaio entende como essenciais para a retomada do equilíbrio e, por consequência, do desenvolvimento. “É preciso estabelecer a governança pública, o que significa organizar os processos e procedimentos em busca de uma eficiência nos serviços. Nossos gastos devem ser mais bem planejados e conduzidos de forma a permitir o controle das ações pela sociedade, que já contribui o suficiente para ter boas contrapartidas”, concluiu.

Fique Sabendo

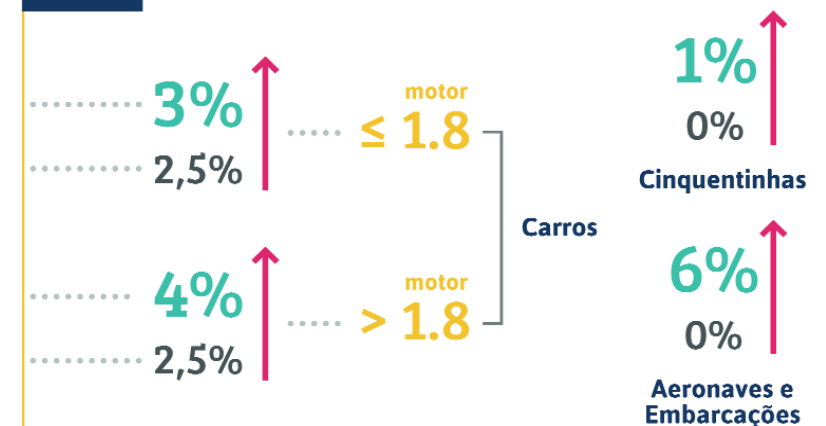
O que muda:

- A partir de 2016
- Cobrança atual (2015)

ICMS



IPVA



ICD



Outras Medidas

- ✓ Reduzir todas as multas de penalidades tributárias para **100%**, conforme jurisprudência do STF. Hoje o teto praticado no Estado é de **280%**.
- ✓ Redução da base de cálculo do ICMS das saídas internas para as indústrias, diminuindo o limite de tributação de **27%** para **18%**.

Valor que será arrecadado com as novas alíquotas:

R\$ 478,8 milhões / ano

Vigência do pacote: **48 meses**

Fonte: Secretaria da Fazenda de Pernambuco

● SAÚDE

Epidemia de HIV/Aids ainda preocupa

Pernambuco está entre os dez Estados com piores índices do País, segundo informações do Ministério da Saúde

André Zahar

O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UnAids) anunciou, em julho deste ano, que o mundo atingira, com nove meses de antecedência, o objetivo de chegar a 15 milhões de pessoas em tratamento. O relatório aponta o Brasil como exemplo, por iniciativas pioneiras como a fabricação de remédios antirretrovirais genéricos e sua oferta gratuita no serviço público de saúde.

Entretanto, dados recentes e relatos de pacientes, especialmente em Pernambuco, indicam que ainda é necessário avançar, sobretudo no acesso à prevenção, testagem e serviços de atendimento e tratamento. Com a maior taxa de detecção do Nordeste (22 por 100 mil habitantes), Pernambuco tem o nono maior índice composto do País, indicador que considera, além da descoberta da doença, a mortalidade e a transmissão de mãe para filho (ver gráfico).

Conforme o boletim epidemiológico 2014 do Ministério da Saúde, há aproximadamente 734 mil pessoas vivendo com

HIV/Aids no Brasil. Desde o início da epidemia, em 1980, até dezembro de 2013, foram identificadas 278.306 mortes tendo como causa básica a doença. Entre os homens, nos últimos dez anos houve um crescimento de 53,2% na detecção na faixa de 15 a 19 anos. Entre as mulheres, o aumento foi de 40,4% entre aquelas com mais de 60.

Para o professor de Epidemiologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) João Luís da Silva, paradoxalmente, o tratamento do HIV fez com que a população mais jovem tenha a sensação equivocada de que não há riscos maiores de se contrair o vírus. “As campanhas de prevenção não dialo-

gam com essa população. O discurso que incute o medo não ajuda a prevenir. Pelo contrário, causa mais dúvidas, gera mitos e distorce as informações”, ressalta.

No País, observa-se uma tendência significativa de queda na mortalidade em decorrência da Aids na última década: de 6,1 óbitos para cada 100 mil habitantes em 2004, para 5,7 em 2013. No entanto, na Região Nordeste, houve crescimento de 41,9%, passando de 3,1 para 4,4 mortes para cada 100 mil habitantes.

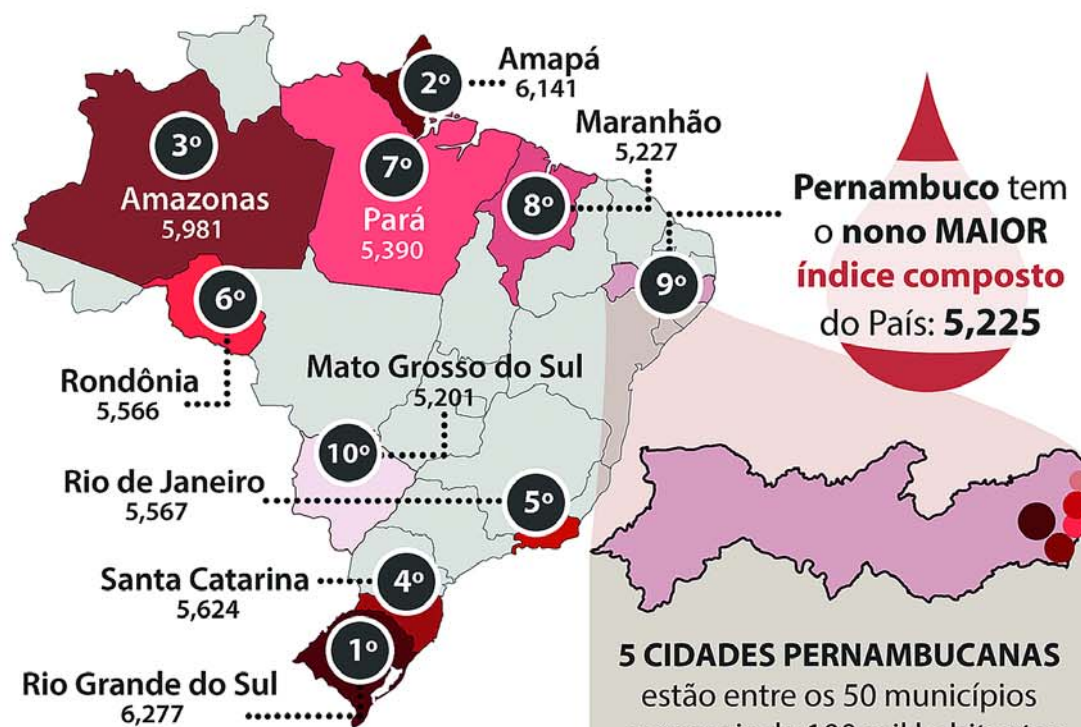
Conforme o boletim do Programa Estadual DST/Aids, atualizado até março de 2015, 107 dos 185 municípios pernambucanos apresentam casos notificados. A Região Metropolitana concentra 62,27% notificações de HIV, sendo 31,44% no Recife.

O mesmo documento mostra que a proporção, que era de 26 homens para cada mulher em 1983, hoje é de 1,6. O aumento observado entre as casadas – que acreditam não poder contrair a doença do marido – e os índices de violência sexual seriam os principais motivos da mudança nessa relação, aponta Silva. “No Nordeste, os códigos sociais do machismo patriarcal e da mulher como propriedade as deixam ainda mais vulneráveis”, diz o professor.

Coordenador do Programa Estadual de DST/Aids, François Figueirôa considera que a epidemia está estabilizada no Estado. Porém, num patamar alto. Diante do perfil crescente de infecções em mulheres e adolescentes, ele defende a importância de uma ação integrada dos setores de saúde e educação. “A discriminação e o preconceito isolam as pessoas, que evitam fazer o teste e abandonam o tratamento. O grande desafio é que a escola tenha mais participação, pois há um grande contingente de jovens contraindo a doença”, enfatiza.

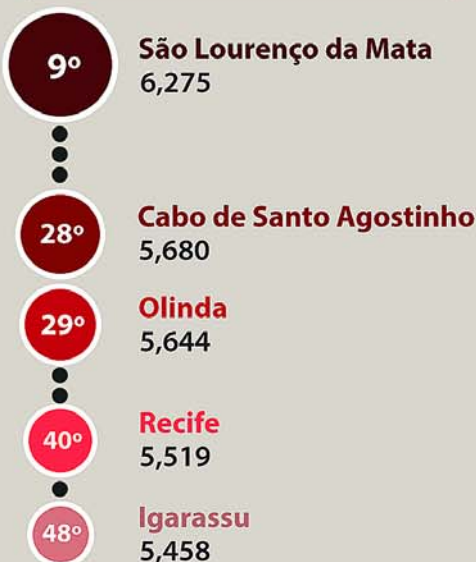
Ranking da Aids no País

Índice composto considera registros, mortalidade, transmissão hereditária e gravidade da doença



Pernambuco tem o nono MAIOR índice composto do País: 5,225

5 CIDADES PERNAMBUCANAS estão entre os 50 municípios com mais de 100 mil habitantes com os maiores índices compostos do País



aproximadamente

734.000

BRASILEIROS

viviam com HIV/Aids em 2014

1980* no total, houve 2013

278.306

ÓBITOS de brasileiros tendo como causa básica a Aids

*início da epidemia de AIDS

Morrem anualmente com Aids



12 mil BRASILEIROS



550 PERNAMBUCANOS

Fonte: Ministério da Saúde, período de 2009 a 2013

Comissão Especial da Alepe discute políticas públicas

FOTOS: JOÃO BITA

Pela primeira vez, a Assembleia Legislativa de Pernambuco instalou, em maio deste ano, uma Comissão Especial de Combate ao HIV/Aids, Tuberculose e Hepatites. Desde então, realizou quatro audiências públicas com pacientes, representantes do poder público e organismos da sociedade civil. Em pauta, a oferta de diagnóstico, a prevenção de infecções e a ampliação e melhoria dos serviços hospitalares.

No caso da assistência aos pacientes com HIV/Aids, um dos principais problemas apontados é a falta de medicamentos antirretrovirais, indispensáveis à terapia, nas farmácias dos hospitais de referência (Oswaldo Cruz, Hospital das Clínicas e Correia Picanço). O problema foi verificado em outubro e novembro de 2014 e, segundo os pacientes, agravado neste ano.

“A gente depende dos antirretrovirais e de remédios para doenças oportunistas. Há pessoas que vêm do interior, não encontram e acabam desistindo do tratamento”, relata Roberto Brito, membro da Rede Nacional de Pessoas Vivendo Com HIV/Aids (RNP) – Núcleo Pernambuco. “O problema era

pontual, mas foi se agravando durante os últimos dois anos e se tornou constante neste segundo semestre”, narra José Cândido da Silva, 51 anos, também integrante da RNP. A entidade também se queixa da falta de leitos de internação, médicos e equipes multidisciplinares, com psicólogos e assistentes sociais, para reduzir o abandono da terapia.

Hoje, Pernambuco tem cerca de 22 mil pacientes cadastrados no sistema de fornecimento de medicação. Coordenadora da Comissão, a deputada Teresa Leitão (PT) reforça a necessidade de investigação da SaúdeLog, empresa terceirizada responsável pela logística da distribuição de remédios. A parlamentar defende ainda ações permanentes de prevenção. “As campanhas para uso de preservativos em grandes eventos estão se tornando insuficientes. É preciso criar uma política educativa contínua e reforçar os programas de redução de danos”, destaca.

A falta de medicamentos vem sendo apurada pela Promotoria de Saúde do Ministério Público de Pernambuco (MPPE). Procurada pela reportagem, a SaúdeLog, por



José Cândido e Roberto Brito denunciam falta de medicamentos, leitos e profissionais para tratar doentes



meio de sua gerência operacional, optou por não se manifestar sobre os problemas apontados. Em audiência pública da Comissão de Saúde da Alepe, o secretário estadual José Iran Costa explicou que o contrato com a empresa foi modificado, com um corte de 25% no

valor, devido à conjuntura econômica.

“Houve um problema pontual, que durou uma semana, quando a SaúdeLog paralisou a entrega por questões de pagamento. Fizemos um mutirão dentro da secretaria. Ainda existe falta de medicação,

estamos tentando melhorar a logística. Temos uma comissão que monitora as entregas semanalmente”, informa o gestor. A secretaria também informou em nota o compromisso junto ao MPPE de regularizar a situação dos medicamentos prioritários.

Tuberculose e sífilis ainda persistem em Pernambuco

A Comissão Especial criada na Alepe ainda discutiu outra epidemia: a de tuberculose, terceira causa de morte por doenças infecciosas no Brasil e primeira dentre as que acometem os pacientes com Aids. Indígenas, detentos e a população em situação de rua também apresentam risco maior de infecção, a qual também é favorecida por fatores como alcoolismo, desnutrição, baixa escolaridade e falta de moradia adequada.

Conforme apresentação feita pelo Programa Estadual de Controle da Tuberculose (PECT-PE) em audiência pública da Comissão, Pernambuco tinha em 2013 a quarta maior incidência de tuberculose entre os estados brasileiros (51 por 100 mil habitantes) e a segunda maior mortalidade do País (3,8 por 100 mil). A incidência no Recife chega a 102,7 – o triplo da média nacional. Entre as capitais, Recife empata em mortalidade com o Rio de Janeiro no topo do ranking, com um coeficiente de 6,5.



Colegiado vem debatendo combate ao HIV/Aids, tuberculose e hepatites

Segundo a coordenadora do PECT-PE, Cândida Ribeiro, o Governo vem tomando medidas para melhorar ações de rotina e descentralizar exames, além de ampliar o assessoramento técnico e o monitoramento de populações vulneráveis à tuberculose. Ela aponta, porém, a persistência de problemas sociais como um fator que limita o efeito das políticas sanitárias. “A participação de vários segmentos da sociedade e

do âmbito governamental – Executivo e Legislativo – pode agregar forças para o enfrentamento da tuberculose”, defende.

Em outubro, um relatório sobre as unidades prisionais pernambucanas da Human Rights Watch, entidade internacional de luta pelos direitos humanos, apontou que nelas a prevalência de infecção pelo vírus HIV é 42 vezes maior que a média da população brasileira, e a de tu-

berculose chega a ser quase 100 vezes maior. Entre os motivos, a superlotação, as péssimas condições sanitárias e de ventilação e a falta de cuidados médicos adequados.

Em nota, o Governo de Pernambuco informou que “reconhece a necessidade de melhorias na área e vem encarando com prioridade e responsabilidade sua atuação, que não será tutelada por organizações sociais”.

SÍFILIS

O crescimento da sífilis congênita também mereceu atenção. Pernambuco registrou, em 2013, uma transmissão de mãe para filhos da ordem de 7,1 por mil nascidos vivos, contra 5,4 no ano anterior. Com coeficiente de 18,2/mil, o Recife tem a segunda taxa mais alta entre as capitais do País. Dados da Secretaria Estadual de Saúde apontam que municípios da região metropolitana, como Cabo de Santo Agostinho, Goiana e Jaboatão dos Guararapes, apresentaram crescimento superior a 60%, de 2013 para 2014.

Segundo o Ministério da Saúde, o aumento gradual na notificação de casos na rede de atenção pré-natal nos últimos anos se deve, também, ao fortalecimento dos serviços de pré-natal, por meio da Rede Cegonha. Mas, considerando que a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) havia estabelecido como meta, em 2010, reduzir no mundo o coeficiente para 0,5/mil nascidos vivos até 2015, os números do Recife são alarmantes.

Um dos problemas que agravam a situação é a falta de penicilina, o medicamento mais eficaz para tratamento da sífilis, no Sistema Único de Saúde. Durante a audiência pública, o diretor administrativo do Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, Renato Girade Correa, disse que China e Índia, dois dos maiores fabricantes do mundo, não passaram na certificação da Opas, o que gerou um problema global. Na estimativa do gestor, o desabastecimento deve estar superado até janeiro de 2016.



Legislação estadual beneficia crianças, que não mais serão obrigadas a repetir ano letivo por causa da idade

Data-limite para ingresso de crianças no Ensino Fundamental é alterada

Edson Alves Jr.

A mobilização de pais e mães de estudantes do Ensino Fundamental levou a Assembleia Legislativa a aprovar uma norma para que crianças não sejam obrigadas a repetir o ano letivo por causa da idade. A Lei 15.610/2015, de autoria da deputada Priscila Krause (DEM), modifica a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) segundo a qual os alunos teriam que completar 6 anos até o dia 31 de março para poder ingressar nessa etapa. Pela nova regra, a data-corte passará a ser 30 de junho.

A legislação estadual também garante o percurso escolar dos alunos que já fizeram sua matrícula na Educação Infantil, independentemente da idade. Essa era a principal reivindicação da oficial de justiça Mariana Costa, uma das mães que deram início à mobilização em torno do projeto. “Minha filha, que tem 2 anos e 4 meses, seria afetada porque nasceu em junho. A escola em que ela estuda iria fazê-la repetir o ano letivo para se adaptar à data-corte anterior”, explica.

Até o início deste ano, a data-corte de 31 de março não tinha validade em razão de uma liminar obtida pelo Ministério Público Federal de Pernambuco. Contudo, essa decisão provisória foi suspensa pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em fevereiro deste ano, obrigando novamente os alunos a cumprir as determinações da Câmara de Educação Básica do CNE.

A partir de então, os responsáveis foram notificados pelos colégios de que as crianças repetiriam de ano para se adaptar à regulamentação federal. “Começamos com um grupo de 15 pais e mães da escola da minha filha que se mobilizou contra a reprovação desses alunos, mas acabamos alcançando cerca de cem pessoas”, lembra Mariana. “Ao pesquisar as possíveis soluções, descobrimos que alguns Estados criaram legislação própria para não seguir a resolução do Conselho Nacional de Educação. Decidimos, portanto, que a nossa estratégia seria levar a questão para o Poder Legislativo Estadual”, revela.

Segundo a mãe, foi feito um abaixo-assinado que reuniu 376 assinaturas, além do envio de e-mails. A demanda do grupo recebeu

o apoio da deputada Priscila Krause, que apresentou projeto modificando inicialmente a data-corte para 31 de dezembro. Para a parlamentar, a iniciativa demonstrou consciência cidadã dos pais de alunos que seriam prejudicados. “Eles se mobilizaram, usaram as redes sociais, procuraram todos os deputados”, elogia.

A proposta de Priscila Krause foi discutida em audiência pública convocada pela Comissão de Educação. No encontro, entidades contrárias ao projeto apresentaram objeções e defenderam as resoluções do CNE para evitar que crianças pulem etapas necessárias ao desenvolvimento cognitivo. Como meio termo entre as duas posições, chegou-se à data-corte de 30 de junho.

“Os pais que participaram desse processo puderam ver como funciona o processo legislativo, como se dão as negociações para chegar a um consenso”, observa a deputada. A iniciativa também fortaleceu a crença da mãe Mariana Costa na democracia. “Um projeto apresentado pelos cidadãos foi aprovado. Isso é muito importante nesse momento de descrença nas instituições governamentais”, pontua.

Documento Histórico

Biblioteca Pública do Estado existe desde maio de 1852

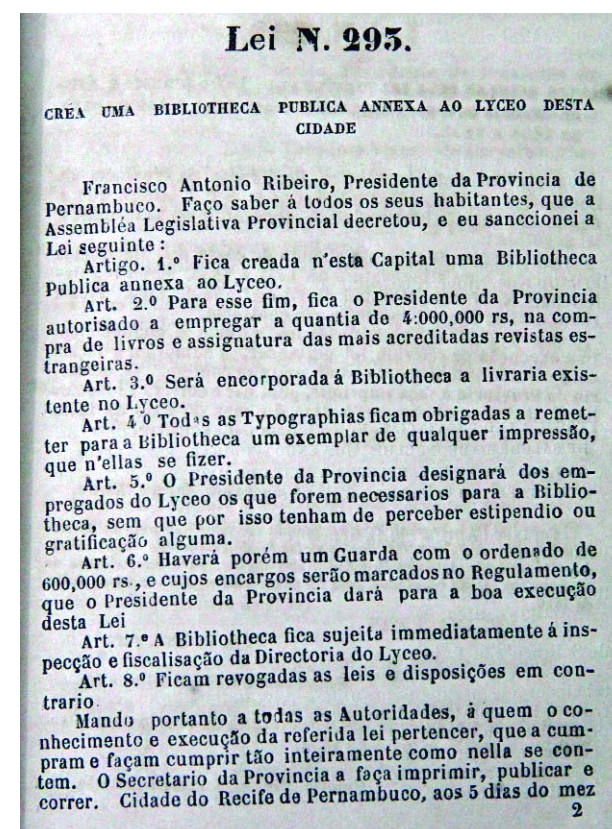
Celebrado em 29 de outubro, o Dia Nacional do Livro faz referência à data de criação da primeira biblioteca pública do País: a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, em 1810. Desde a antiguidade, as bibliotecas preservam o registro da história, da cultura e do conhecimento adquirido e acumulado pela humanidade, materializado na forma de livros e outros produtos impressos.

Em Pernambuco, a primeira biblioteca pública estadual foi criada pela Lei Provincial nº 293, de 5 de maio de 1852, documento que pode ser consultado no Arquivo Geral da Assembleia Legislativa. Inicialmente anexa ao Liceu Provincial, a instituição passou por vários endereços até se fixar, em 1971, em sede própria.

A norma fundadora do espaço definia, além do local de instalação, a destinação de 4 contos de réis para a compra de livros e assinatura das mais renomadas revistas estrangeiras que integrariam, com a livraria do Liceu, o acervo da biblioteca.

Determinou-se, ainda, que deveria ser encaminhado obrigatoriamente para a biblioteca um exemplar de qualquer material impresso em todas as tipografias da Província. Funcionários do Liceu foram deslocados para trabalhar no local, sem receber aumento ou gratificação pelo novo serviço. Apenas um guarda seria contratado com o ordenado de 600 réis.

Organizada, a Biblioteca Pública Provincial, hoje Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, tornou-se uma das instituições que mais contribuem para a preservação da história local, com um acervo de obras raras do período colonial, da invasão holandesa e do Império.



CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Imagem: Lei Provincial nº 293, de 5 de maio de 1852. Arquivo Geral. Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

ECONOMIA CANAVIEIRA

Zona da Mata reacende confiança na cana-de-açúcar, mas ainda amarga preocupações sociais

Luciano Galvão Filho

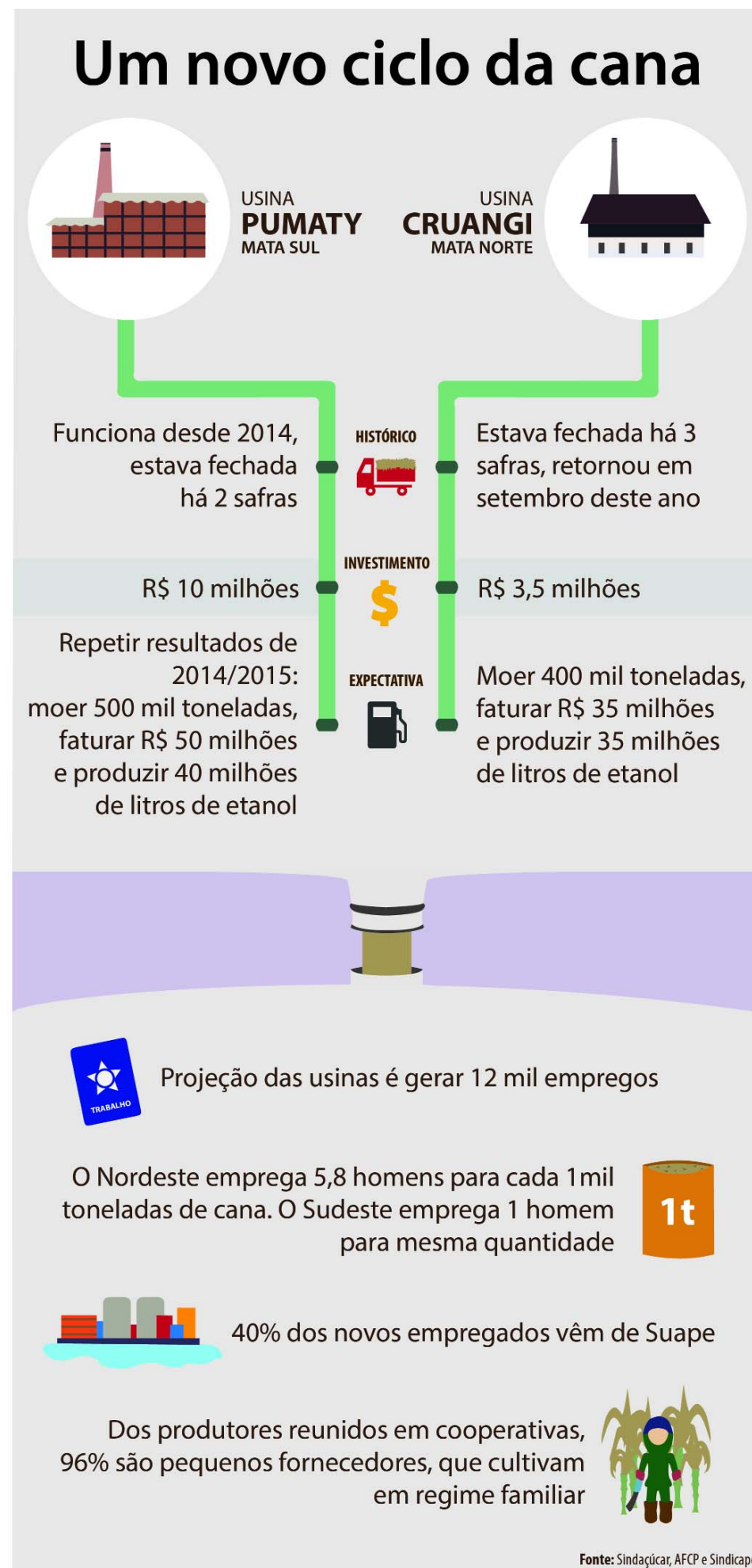
O otimismo de uma economia tradicional que se renova em contraste com as já conhecidas dívidas sociais acumuladas pela cana-de-açúcar. Na Zona da Mata pernambucana, o setor sucroenergético – atividade agrícola mais estruturada da região – esforça-se pela reabertura de usinas e pelo crescimento do etanol como opção à gasolina, enquanto convive com elevados índices de pobreza e de analfabetismo entre os trabalhadores rurais.

Após registrar seguidas quedas nos lucros desde 2008, a economia canavieira no Estado vislumbra mais prosperidade a partir deste ano. Uma parcela da confiança em dias melhores surge da reativação das usinas Pumaty, em Joaquim Nabuco (Mata Sul), e Cruangi, em Timbaúba (Mata Norte). Juntos, esses estabelecimentos devem empregar 12 mil pessoas e fornecer 15% do álcool hidratado produzido em Pernambuco na próxima safra, segundo o Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco (Sindaçúcar).

As usinas estavam em recuperação judicial – procedimento adotado no momento em que uma empresa perde a capacidade de pagar suas dívidas –, quando foram arrendadas por cooperativas de cultivadores de cana. Uma parte dos lucros quita compromissos com antigos credores, e o restante é dividido entre os 1.600 produtores cooperados, sendo 96% deles pequenos fornecedores que cultivam em regime familiar.

Em atividade desde a última colheita, a Usina Pumaty recebeu investimentos de R\$ 10 milhões e faturou R\$ 50 milhões na primeira moagem. Segundo o presidente do Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco (Sindicape), Gerson Carneiro Leão, a reabertura do estabelecimento em Joaquim Nabuco atende a uma demanda dos produtores locais, cuja safra tinha de ser processada em Alagoas ou na Paraíba. “Muitos fornecedores estavam quebrando, principalmente os pequenos”, aponta.

Em Timbaúba, após três anos de paralisação, a Usina Cruangi retomou o funcionamento ao custo de R\$ 3,5 milhões, e projeta faturamento de R\$ 35 milhões para a primeira moagem. Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP), Alexandre Lima enxerga melhoras no cenário regional. “Os investimentos viabilizam empregos e estimulam a produção local de combustíveis renováveis”, avalia.



A reativação acontece no momento em que o mercado de combustíveis levanta as projeções para o álcool hidratado – também conhecido como etanol. O dólar em alta encarece os custos de produção da Petrobras, já em dificuldades financeiras, e deve forçar a estatal a elevar o preço da gasolina. Com isso, crescem a competitividade do álcool nos postos e o faturamento dos produtores. “O pior momento passou, e o etanol pode voltar”, acredita o presidente do Sindaçúcar, Renato Cunha.

Pagar menos impostos também pode ajudar o setor a vencer a concorrência com a gasolina. A partir do próximo ano, em virtude do ajuste fiscal promovido pelo Governo do Estado e aprovado na Assembleia Legislativa em setembro, o ICMS sobre o álcool passa a ser de 23%, contra 29% do combustível fóssil. Produtores do Estado já contam com benefício de 12% no recolhimento do imposto, e usinas arrendadas por cooperativas – como Pumaty e Cruangi – ganharão mais 6,5% de crédito, também em virtude de leis aprovadas na Alepe.

DESAFIOS SOCIAIS

A economia sucroenergética é responsável por 20% dos empregos formais na agropecuária pernambucana, segundo dados do Censo 2010 organizados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape). Por ser menos mecanizado, o plantio da cana-de-açúcar no Nordeste emprega quase seis pessoas a cada mil toneladas, contra um empregado a cada mil toneladas no Sudeste.

Apesar de ser fonte de ocupação no espaço rural, a atividade não é suficiente para promover avanços sociais nas regiões onde se desenvolve. Na Zona Mata, 20% da população do campo vive em situação de extrema pobreza, e um em cada cinco adultos é analfabeto. A situação inclusive dificulta o acesso a oportunidades geradas na indústria local. Prova disso é que, segundo o Sindicape, 40% dos novos postos gerados na Usina Pumaty foram ocupados por trabalhadores demitidos após o término das obras no Complexo Industrial Portuário de Suape.

Vulnerável às oscilações de preços no mercado internacional, o setor tem menos capacidade de reinvestir os lucros e menor tendência a correr riscos, característica que, para o economista da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) João Policarpo Lima, freia a inovação e geração de empregos mais duradouros na atividade. “Além disso, a renda é muito concentrada, são poucos os estímulos ao trabalhador e o serviço é penoso. É um segmento historicamente difícil”, analisa o professor.

● CIDADANIA

Código de Defesa do Consumidor garante direitos da população há 25 anos

Norma prevista na Constituição Federal de 1988 regulou relações de consumo e abriu portas para novas leis

Gabriela Bezerra

“Não venho, senhor, reclamar nenhum direito. Li vosso Regulamento e sei que não tenho direito a coisa alguma, a não ser a pagar a conta.” Referência às angústias do consumidor em relação ao serviço recebido, o trecho integra umas das narrativas do cronista Rubem Braga, escrita em 1951. Se hoje em dia o consumidor, não raro, sente-se lesado, antes de 1990 esse sentimento era ainda mais comum. Criada com

o objetivo de proteger as pessoas que compram produtos ou contratam serviços, a Lei Federal nº 8.078/1990 – popularizada como Código de Defesa do Consumidor (CDC) – completou 25 anos em setembro.

Apesar de ser referenciada na legislação federal desde 1962, por meio da Lei Delegada nº 4, a defesa do consumidor passou a ter maior respaldo legal a partir da Constituição Federal de 1988. A Carta Magna determinou, nas disposições transitórias, que o Congresso Nacional elaborasse um código de defesa do consumidor em até 120 dias. Dois anos

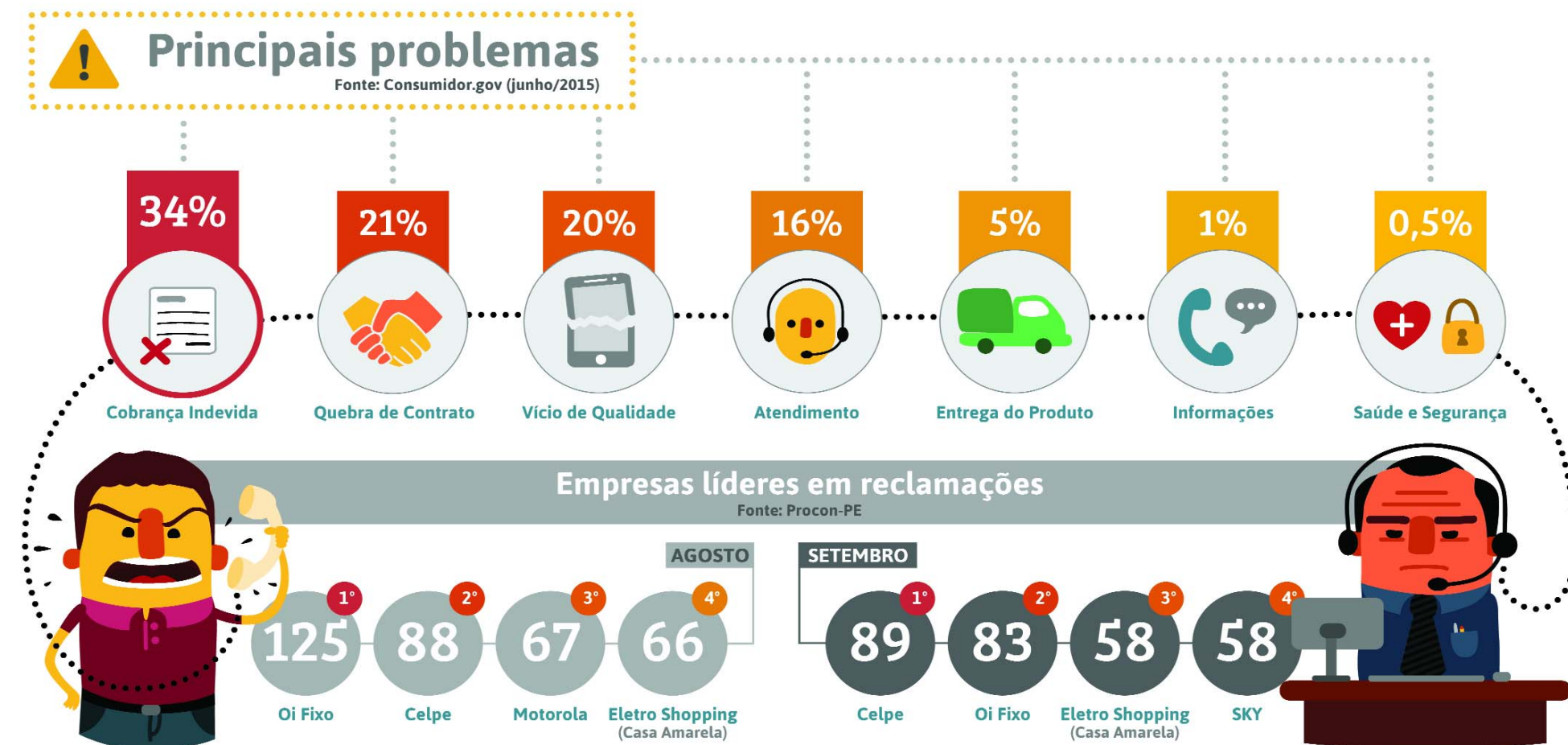
depois, a norma seria sancionada pelo então presidente Fernando Collor.

“Antigamente, o consumidor era muito desassistido porque a única disposição que tratava do assunto era o Código Civil”, recorda a assessora jurídica da Associação de Defesa da Cidadania e do Consumidor (Adecon), Lorena Grinberg. “O código foi importante por tratar de forma mais simples, direta e eficaz o surgimento de algum problema de consumo, contribuindo para uma maior assistência ao cidadão”, completa.

O gerente-geral do Procon-PE, Erivaldo Coutinho, concorda e acrescenta que o CDC abriu portas para o surgimento de novas leis para amparar o consumidor. “A gama de direitos foi ampliada a partir do código. Como exemplo, o Decreto nº 6.523/2008, que regulamenta o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), e a própria instituição dos Procons.” O órgão conta com 825 agências no Brasil, 61 delas em Pernambuco.

Atualmente, uma nova norma para garantir a defesa do consumidor tramita na Assembleia Legislativa de Pernambuco. De autoria do deputado

Rodrigo Novaes (PSD), o Projeto de Lei nº 1710/2013 pretende criar e regulamentar um Livro de Reclamações do Consumidor, a ser utilizado em estabelecimentos comerciais. “A pessoa que se sentir lesada poderá relatar, no próprio local onde adquiriu o serviço ou mercadoria, a sua queixa. É uma maneira de desburocratizar e facilitar o acesso aos direitos”, explica o parlamentar. A reclamação ficará disposta em três vias – uma para o Procon-PE, outra para o dono do estabelecimento e a última, com o próprio cliente. A proposta já conta com nota técnica de apoio do Procon-PE.



Setor de telecomunicações lidera ranking de queixas

Preservar a satisfação do consumidor deveria ser uma prioridade. Afinal, como dizia o economista britânico Adam Smith já no Século XVIII, “o consumo é a única finalidade e o único propósito de toda produção”. Algumas empresas, contudo, parecem ainda não ter se dado conta dessa importância e são marcas carimbadas no ranking

de reclamações. Nesse quesito, o serviço de telecomunicações é campeão.

Segundo o relatório anual do Portal Consumidor.gov, divulgado em maio, 56,9% das queixas nacionais referem-se a empresas de telecomunicações. Em Pernambuco, a situação se repete. Com 125 reclamações em agosto, a Telemar (Oi

Fixo) liderou o ranking mensal do Procon-PE. Em setembro, a prestadora figurou como segunda colocada, atrás apenas da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe).

Para o gerente-geral do Procon-PE, Erivaldo Coutinho, a reincidência das queixas contra empresas de telecomunicações reflete uma piora no serviço. Para evitar

surpresas indesejáveis no futuro, ele recomenda a leitura atenta dos contratos. “Em caso de dúvidas, o consumidor pode buscar orientação nas agências do Procon-PE”, acrescenta.

Com respaldo para atuar administrativamente, o Procon pode realizar interdições, suspensões e aplicar multas, que variam de R\$

532 a R\$ 7,3 milhões. Casos em que a intervenção judicial seja necessária, como em ação por dano moral, devem ser encaminhados aos Juizados Especiais, disciplinados pela Lei Federal nº 9.099/1995. Pernambuco conta com 34 dessas unidades especializadas nas Relações de Consumo, que atuam também no Agreste e no Sertão.